

## BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: ensino fundamental

*Silse Teixeira de Freitas Lemos Leão\**

### RESUMO

A política educacional brasileira, enfocada no ensino fundamental, numa análise sócio-histórica apresenta caráter de dependência externa à Nação. Na colonização portuguesa restringia-se aos grupos sociais associados aos interesses exploradores da Metrópole. Do Império à República, limitara-se ao nível técnico-instrumental para formação burocrática. Ideais liberais, formalismo, autoritarismo e centralização caracterizaram-na posteriormente. No período militar a sua valorização restringira-se à retórica, os objetivos são econômicos. A diminuição da pobreza via educação é prescrição do Banco Mundial. Nesse sentido, a LDB 9394/96 institui a década da educação. Esforços governamentais são empreendidos, mas apresentam deficiências noutros aspectos, como na educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: política educacional, dependência externa, Banco Mundial

### ABSTRACT

The Brazilian educational policy, focus in the basic education, characterize, in an historic-social analysis, external dependence. In the Portuguese colonization, the education was confined to the social groups associated to the Portugal's interests of exploration. Since Empire until Republics, the education was limited to the technical and instrumental level, to bureaucratic formation. Liberal ideals, formalism, authoritarian ideas and centralization characterized it after. In the dictatorial period, the objectives of the education was economic, and it's appreciation was confined to the rhetoric. The reduction of the poverty by education is prescription of the World Bank. So, the LDB 9394/96 instituted the decade of the education. Governmental actions were done, but it presented fails in another aspects, how in the young and mature education.

Keywords: educational policy, external dependence, World Bank

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre as ações que realmente possam traduzir-se em meios efetivos para que a população possa apropriar-se dos bens culturais construídos pela humanidade, exercitar a capacidade de discernimento, de reflexão, de criticidade e desenvolver potenciais criativos, sem dúvida, a política educacional configura-se com importância maior no âmbito das políticas sociais e como obrigação do Estado. No caso brasileiro, como tem sido tratada a educação nacional? É preciso retroceder ao período da colonização

---

\* Mestre em Educação, Mestre em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social.

portuguesa e lembrar: índios teriam quer ser catequizados; escravos negros eram animais de carga e aos demais, se pertencessem às elites, o privilégio da educação e da cultura, em colégios religiosos ou na Europa. Quando Pedro I assume o Estado Independente, em 1822, a população era analfabeta e as solicitações provinciais relacionadas à escolaridade, traduzidas pelos deputados escolhidos para Constituinte, reduziram-se a pó pelo roubo absolutista do monarca que dissolvera a Assembléia. E segue o país sem escolas. As administrações brasileiras durante quase três séculos não empreenderam ações rumo à escolarização do povo e só na terceira década do século XIX surgirá algum empenho neste sentido. “De 1834 a 1934, assiste-se no Brasil a uma lenta mas contínua democratização do acesso à escola pública básica nas redes estaduais e [...] nas municipais” (MONLEVADE; SILVA, 2000, p.15). As mudanças sociais nos períodos subseqüentes com o ingresso das camadas populares urbanas como mão-de-obra na economia que se industrializava e a presença feminina no trabalho trazem contingentes maiores à busca de escolarização o que restringe o acesso à escola pública ainda rara. O analfabetismo permanece com a privação de escolaridade no meio rural. No período do Regime Militar, a expressão do coronel Darcy Lázaro, citada por Germano (1994, p.105), define o posicionamento ideológico da ditadura militar: ‘Se esta história de cultura vai-nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos’. A repressão apóia-se no obscurantismo, no controle político e ideológico da educação. A política educacional será pautada no caráter liberal que irá permear o processo educacional centrado na teoria do capital humano. O descomprometimento com a educação pública gratuita é resultado da política econômica que prioriza o emprego de recursos na acumulação do capital.

A condição de país periférico, de economia capitalista dependente do capital internacional, submete o Brasil aos ditames das agências financeiras internacionais que regulam a vida brasileira de acordo com as possibilidades de pagamento das dívidas contraídas. Um dos pontos de ingerência tem sido a política educacional. Só assim a Educação tornou-se objeto de amplas considerações por organismos estatais que têm por finalidade tornar exequível o plano educacional destinado à população do país. Impelido por compromissos assumidos internacionalmente o Estado brasileiro volta-se para a eficiência da educação pública nacional, numa tentativa de reduzir o déficit educacional existente. Por conta das falhas da educação escolar outras mazelas sociais são identificadas, das quais a principal é a pobreza. Entretanto, não se pode abordar a questão da pobreza de forma linear ou superficial, muito embora o Banco Mundial atribua à educação eficiente a superação do empobrecimento. Afirma que a “[...] reforma educativa- entendida como reforma do sistema escolar- é não só inevitável como também urgente. Postergá-la trará sérios custos econômicos, sociais e políticos para os países.” (TORRES, 1998, p. 131). Sob a ótica

economicista a ineficácia educacional é um dos elementos responsáveis pelo atraso no desenvolvimento social e no crescimento econômico e deve ser combatida prioritariamente. A lógica econômica determina o enfoque metodológico que direciona as reformas educacionais. Obviamente, não há como negar que o atraso na educação acarreta em perdas constantes na vida das populações de nações economicamente dependentes. O aspecto questionável é o modo como se realiza a estruturação das políticas educacionais e o impacto na educação do país.

É preciso se ter clareza de que o cotidiano escolar reflete as implicações amplas da macroestrutura social. Mais além, situam-se as questões internacionais determinantes da transferência educacional compreendida como o “movimento de idéias, modelos institucionais e práticas de um país para outro.” (RAGATTI, apud MOREIRA, 1999, p.18). “A concepção de transferência educacional pode ser analisada sob o enfoque do imperialismo cultural que coloniza todos, menos os que tomam as decisões no centro da metrópole” (CARNOY, apud MOREIRA, 1999, p.20). A educação escolar, nessa perspectiva, assume o papel de mantenedora da “ordem social” e o domínio imperialista dos países centrais em relação aos periféricos, por meio da inculcação ideológica. Os valores trabalhados no sistema educacional, essencialmente reprodutivo, são derivações do ideário transmitido pelos países centrais e não os resultados da experiência local. Já o enfoque neocolonialista, também baseado na teoria da dependência, considera que a influência dos países dominantes é de alguma forma relativizada quando interage com a cultura local e suas particularidades. Ainda assim, as especificidades dos países dependentes não são O texto que se apresenta tem o objetivo modesto de apresentar, no trânsito histórico, como a questão educacional tem sido visualizada pelo Estado. O enfoque principal situa-se na escolarização desenvolvida no ensino básico, onde se localiza o centro do interesse dos organismos internacionais. A trajetória percorrida não vai às minúcias dos acontecimentos por compreender-se que a perspectiva que se quer apresentar é tão somente pontual, de maneira que permita identificar como a política educacional é tratada (e a quem serve) nas inter-relações sociais políticas e econômicas. A presença do Estado é vista como o elemento fundamental na definição das políticas educacionais por definidor que é de tudo o que abrange. A meta atingida pelo regime autoritário é moldar a vida particular, o espírito das pessoas e os costumes dos governados de acordo com uma ideologia dominante, a qual se torna obrigatória para todos. Isto significa que se torna obrigatória também para aqueles que não se submetem livremente a tal ideologia, utilizando os diferentes instrumentos do exercício do poder. “A exclusividade da ideologia oficial do Estado opõe-se à livre circulação de outras ideologias e não permite qualquer concorrência com ela” (VIEIRA, 2004, p.159).

Durante o percurso histórico traçado o caráter totalitário esteve presente a converter as ações de governo em atos que convinham ao Estado comprometido com classes dominantes cujos propósitos era sempre manter a sua supremacia enquanto elite. O acordo com a burguesia e o patrocínio dos empreendimentos capitalistas fizeram com que o Estado burguês condicionasse a sociedade a uma história de submissão e privações enquanto o capitalismo internacional comanda a vida do país. O grande capital é um bloco monolítico que domina os que dele tornaram-se reféns com a voracidade do totalitarismo que o caracteriza.

## **2 BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA - ENSINO FUNDAMENTAL**

Para análise da estrutura organizacional de educação do país é preciso considerar-se que a sociedade brasileira, desde os seus primórdios, configurava-se como atrelada ao sistema sócio-político e econômico capitalista internacional. Na condição de sociedade periférica não transcendeu ao domínio externo e submeteu os interesses nacionais aos dos países dominantes. No sentido de manter-se a submissão necessária à supremacia do sistema capitalista internacional, as organizações educacionais instituídas seguiam os interesses das nações cuja hegemonia deveria ser mantida. A submissão configurada no período do Brasil colonial em relação à Metrópole Portuguesa repete-se nos diversos períodos da história nacional, sempre a caracterizar a relação dominado-dominante; substituiu-se tão somente o agente de dominação - Nação Portuguesa - pelo capital internacional. O início do processo educacional no território brasileiro está vinculado à necessidade de colonização determinada por Portugal, pois que a vida econômica da Metrópole utilizava-se das atividades coloniais. Assim, “este tipo de dinamização era necessário para impulsionar a passagem do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial” (RIBEIRO, 1984, p. 27). O intento de transposição do estágio capitalista mercantil para o industrial não foi logrado por Portugal. Do século XVI ao XIX a Inglaterra assume a liderança do desenvolvimento industrial e beneficia-se dos lucros coloniais portugueses.

No século XVIII, a política educacional pública delineava-se como meio de tornar a elite colonial brasileira capaz de atingir os níveis de eficiência desejáveis na articulação das atividades internas compatíveis com os interesses portugueses. A necessidade de pessoal qualificado tecnicamente para o exercício de diversas profissões inaugurava no país a fase de ensino superior. O ensino secundário organizado em aulas régias com conteúdos diversificados integrava-se aos programas estabelecidos à época dos jesuítas. O

ensino primário restringia-se ao nível técnico - instrumental - ler e escrever- sendo visto não apenas como preparação para a etapa secundária, mas como qualificação para o exercício de pequenos cargos burocráticos. No período posterior à emancipação política do Brasil e à constituição do Império Brasileiro estabelecia-se a primeira e única lei acerca da educação elementar a perdurar até 1946, Lei de 15/10/1827.

A noção de política de educação nacional no Brasil, fundamentara-se desde os primeiros tempos da República nos ideais liberais, caracterizara-se pela centralização, formalismo e autoritarismo. A importância que lhe fora delegada era relativizada, na medida que representasse atender à escolarização popular. A mudança das idéias pedagógicas, fundadas na educação escolástica de herança religiosa, traria ao cenário educacional brasileiro, em compatibilidade com modelo técnico-industrial que se operava, a influência tecnicista da “Escola Nova” do norte-americano John Dewey. Entusiastas do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” com a liderança dos brilhantes intelectuais Anísio Teixeira e Fernando Azevedo entre outros, colocaram, embora combatessem o monopólio do Estado na educação, a necessidade do poder público assumir maior responsabilidade educacional. Amplos debates entre grupos de educadores católicos conservadores e os adeptos das novas idéias que defendiam a responsabilidade pública, a laicidade, a gratuidade, a co-educação marcaram o período de 1931 a 1937.

Em 1937 o golpe de Estado instaurara o Estado Novo e centralizara o poder estatal nas mãos do ditador. Mantém na Constituição outorgada a menção ao trabalho manual; estatui ser a arte, a ciência e o ensino livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas ou particulares; o ensino primário obrigatório e gratuito é mantido; institui obrigatoriamente o ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias, normais e secundárias e estabelece o programa de política escolar em termos de ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas como primeiro dever do Estado em matéria de educação; afirmava, ainda no artigo 129, o regime de cooperação entre a indústria e o Estado. Os embates políticos no conturbado período da Segunda Guerra Mundial concorreram para o afastamento do poder de Getúlio Vargas substituído por Dutra, uma espécie de representante da plutocracia agrária. A Constituição de 1946 restaurara a independência dos três poderes e o presidencialismo. Restringira a gratuidade da educação condicionando-a ao ensino primário. No seguimento da escolaridade o ensino só seria grátis aos que provassem a falta de recursos (art.168). Delegava à empresa a educação dos funcionários de menoridade e dos filhos dos empregados quando o seu número excedesse a uma centena. Naquele ano de 1946, implementar-se-ia a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 com o primeiro acordo financeiro, no âmbito educacional, firmado pelo governo brasileiro e o Banco Mundial para a construção da Escola Técnica de Curitiba. A ênfase na qualificação técnica persistia em detrimento da educação ampla para todas as camadas

sociais. O governo reacionário de Dutra representou um retrocesso para a política educacional do país e uma catástrofe inflacionária para a economia.

O período seguinte era marcado pelo retorno de Getúlio Vargas ao poder, via eleição. Na política educacional os direcionamentos de tendência fascista veiculados pelo reformador Capanema mantiveram-se de 1942, quando fora decretada a reformulação do ensino que abrangeu o ensino secundário e técnico-industrial, até 1961, ano da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A morosidade nas tratativas ao tema denotam o grau de importância atribuída à questão educacional.

Em 1956, assume a presidência do país Juscelino Kubitschek de Oliveira com a plataforma governamental centrada num programa de ações que objetivava fazer o país crescer “50 anos em 5”. O otimismo desenvolvimentista direcionado às potencialidades do país e as do povo ancorou-se no afluxo de capitais estrangeiros vistos como necessários à implementação industrial da produção de equipamentos, bens de consumo duráveis, produtos químicos para a qual não existia capital nacional suficiente pelo porte dos empreendimentos planejados e pela crise que acometera a economia anteriormente.

Em relação à política educacional, em 1961 era aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n.º 4.024/61. Debatida desde 1948 estabelecera duas tendências manifestadas nos projetos-de-lei de Mariani e Lacerda. Estatuíra o direito de tanto o setor público como o particular ministrar o ensino, em todos os níveis. A gratuidade da educação escolar expressa na Carta Constitucional de 46 não era registrada nessa legislação. Definira, também, a subvenção estatal para o setor de ensino privado, em vencedores. Sob a égide da escolha livre da educação que os pais consideravam melhor para seus filhos, invocara-se o dever e o direito familiar de educar a sua prole. Ao situar a educação na esfera da sociedade civil o pretenso objetivo legal era distancia – lá do âmbito político. Caberia a família realizar a escolha do tipo de instituição em que matricularia seus filhos. A prerrogativa de escolha tornava-se absolutamente falsa posto que a situação subalterna da maioria da população não lhe permitia, muitas vezes, prover meios materiais até para viabilizar a freqüência de seus filhos nas escolas públicas. A cisão entre o ensino público e privado estabelecera uma distância cada vez maior das classes populares acessarem aos níveis mais elevados de ensino.

O Estado, sob o regime militar, acentuara o seu caráter burguês, com a hipertrofia do Executivo manifestada no autoritarismo. A concepção que se definira para a (não) participação política da população era colocada pelo General Golbery de Couto e Silva: “o povo não é sujeito da história da nação, mas objeto da ação estatal”. A intervenção do Estado militar na economia pautou-se no apoio irrestrito à burguesia, na contenção e gestão da força de trabalho, no aceleração da acumulação capitalista, na instituição e cobrança rigorosa de tributos, no emprego de altos investimentos em infra-estrutura (

geração de energia, obras viárias...), favorecimento fiscal e concessão de empréstimos subsidiados a grupos econômicos que acarretaram em dívidas vultuosas interna e externamente. O discurso político no regime militar de valorização da educação escolar limitara –se à retórica. Os recursos que deveriam custear a educação eram empregados em favor da acumulação. A educação revestira-se do caráter apropriado à doutrina ideológica da segurança nacional e da erradicação dos inimigos da nação, por intermédio da supressão da reflexão política e da crítica social. Assume-se a teoria do capital humano como corolário educacional concernente aos objetivos econômicos do sistema capitalista. O ensino privatizado transforma-se em mercadoria altamente rentável. A escola pública decresce em qualidade porque se destina às classes populares.

A partir de 1971, o Banco Mundial vem prestando cooperação técnica à Educação Brasileira, por meio de projetos de co-financiamento desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação... Dois financiamentos destinaram-se ao ensino técnico de 2º Grau e os outros três ao ensino de 1º Grau e ao desenvolvimento de sistema de planejamento no nível estadual de ensino (FONSECA, 1996, p.180). O Banco Mundial ao condicionar a concessão de empréstimos à aplicação de parte dos recursos em educação passou a interferir nas políticas educacionais em função dos interesses do capitalismo internacional. A materialidade atribuída ao processo educacional tem sua ênfase na obtenção de resultados eficientes no treinamento e formação da força trabalhadora do país:

[...] os indivíduos, na medida em que introjetam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação dos mundos possíveis, aceitam e confiam no mercado como âmbito em que, naturalmente, podem - e devem - desenvolver-se como pessoas humanas. No capitalismo histórico, tudo se mercantiliza, tudo se transforma em valor mercantil (GENTILI, 1996, p. 228).

Na administração de Robert McNamara, de 1968 a 198, o Banco Mundial já havia cumprido a sua missão original de participar da reconstrução das economias européias destroçadas pela guerra e transferia as suas ações para a América Latina. O objetivo primeiro fora financiar a construção da infra-estrutura necessária à conversão de economias agrícola em economias industriais. O Banco Mundial expressara, em 1986, ao publicar o documento “El financiamiento de la educación en los países em desarrollo – opciones de politica”, a concepção dos sistemas educacionais associados à lógica da competitividade e da concorrência no livre mercado e, deste modo, sugeria estratégias de financiamento que atinjam a maximização de lucro e resultados na educação pública traduzidos como eficiência educacional.

Com o término do regime militar, sob os auspícios da Nova República é promulgada a Constituição de 1988, na qual o capítulo sobre a educação apresenta-se com algumas semelhanças ao texto da L D B de 1961. Trata-se do resultado da conjugação de

forças reacionárias (confederações patronais de ensino profissionalizante, associações de empresário de ensino particular, políticos conservadores) que conseguiram solapar os esforços de grupos organizados em prol do ensino democrático, contrário ao elitismo e à seletividade que vigoravam. O texto aprovado na nova Carta Magna apresentou-se publicista na forma, privatista no modo operacional. Assegurou o acesso de recursos públicos à rede de escolas particulares e demoveu qualquer possibilidade de carreira para o magistério público, única, em âmbito nacional.

Entre 1995 e 2002, segundo o ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza, o segundo item da artigo constitucional 214 fora cumprido à risca, pois nos estudos que apresenta sobre a sua atuação como ministro no livro *A Revolução Gerenciada – Educação no Brasil 1995-2002*, a universalização do ensino fundamental se consagrou com 97% das crianças brasileiras nas escolas. Trata-se, sem dúvida, de uma vitória que merece ser festejada duplamente : 25% dos números verificados referem-se à população de baixa renda. Cumpriu-se, nos mandatos executivos que cobriram o período, as determinações do Banco Mundial e de tudo o quanto aquela instituição representa. Concomitantemente com a comemoração dos êxitos auferidos pelo ex-ministro a UNESCO, que também realiza o monitoramento dos avanços e deficiências dos países pobres, conforme publicou a revista *Veja* de 17 de novembro de 2004, constatou que dentre 127 países avaliados nos aspectos educacionais relativos ao analfabetismo, matrícula no ensino fundamental, evasão escolar e possibilidade de acesso à escola por sexo a qualidade educacional do Brasil situa-se no 72o. lugar, atrás do Peru, Líbano, Mongólia e Jamaica. Pode-se entender tal resultado ao tomar-se, pelo menos, um dos indicadores utilizados: o analfabetismo. Para ilustrar a irrelevância com que o assunto fora tratado basta lembrar que, no período referido pelo ex-ministro Paulo Renato, a alfabetização de jovens e adultos não fora conduzida como política educacional prioritária.

### 3 CONCLUSÃO

A política educacional direcionada à melhoria da vida humana e a uma conquista gradual da cultura, do desenvolvimento crítico e do aproveitamento das potencialidades do ser humano requer o redimensionamento político dos processos educativos. Nestes, residem as possibilidades de reconstrução da sociedade humana senão igualitária menos desigual , em que o nível de inter-relações transcorra num sentido de horizontalidade, na qual grupos ou classes sociais não se sobreponham uns acima dos outros.



A escola tem por uma das finalidades a difusão da cultura. A ação, empreendida pelo organismo escolar estabelece a mediação entre o caráter hegemônico da cultura de determinada sociedade e os valores culturais que emergem da população. O questionamento da herança sócio-histórico-cultural permite determinar a relevância de aspectos cuja validade é conferida pela comunidade social, via aparato educacional. A possibilidade de avaliação consciente - aqui entendida como conhecimento de causa - dos valores transmitidos e sedimentados via cultura predominante oportunizam a autonomia de convicções. É papel da ação pedagógica criar espaço para o “livre pensar”. Nesse sentido, a evidência de valores humanísticos voltados ao equilíbrio e harmonia da sociedade que direciona esforços para diminuir desigualdades torna-se fundamental. É preciso educar para a paz, para a tolerância mútua. A essência da ação pedagógica, segundo Gadotti (1997), é o aprimoramento do próprio existir humano. A partir desse posicionamento é que a prática pedagógica assume um sentido revolucionário, portanto imprescindível como instrumento coletivo de transformação de uma realidade opressora em espaço de expressão da liberdade democrática. É imprescindível que a política educacional brasileira desenvolva-se acima dos preceitos da reprodução imposta pelo capital que domina o Estado assumindo uma atitude independente, cuja autonomia da formação humana que lhe é concernente seja preservada, delegando-se a função educativa aos que a ela, efetivamente, se dedicam. Não se pode tomar como centro de processo docente-educativo a transmissão-acumulação de conhecimentos tão somente. O instrutivo implica no formativo, encontrando na educação ética, moral e valorativa o encaminhamento necessário à formação integral do sujeito, ampliando e conferindo novo enfoque ao desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano que se almeja prevê, além da autonomia intelectual, o cultivo, a formação, o aprimoramento de valores éticos e morais indispensáveis ao homem melhorado, senhor de si e de seu tempo porque é capaz de olhar ao seu redor e ampliar sua visão para o mundo.

## REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. LEI Nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ed. do Brasil S.A, 1997.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia et al. **O banco mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão - crítica ao neoliberalismo em educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública. A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. – 1964-1985. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil estabilidade social pelo colonial fascismo ?. In: \_\_\_\_\_. **Brasil: Tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

LITWIN, Edith. Os meios na escola. Para que se ensina na escola? In: LITWIN, Edith. (org.) **Tecnologia educacional-política, histórias e propostas**. Porto Alegre: ARTES MÉDICAS, 1997.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação** –da antiguidade aos nossos dias 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MONLEVADE, João A. ; SILVA, Maria Abádia. **Quem manda na educação no Brasil ?** Brasília: Idéa Editora, 2000.

MOREIRA, Antonio Flavio. **Curriculos e programas no Brasil**. 4. ed. Campinas. S.P: Papirus, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira** - A organização escolar. 5 ed. São Paulo: Moraes, 1984.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 31. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SOUZA, Paulo Renato. **A revolução gerenciada** – educação no Brasil 1995-2002. São Paulo: Pretince Hall, 2004.

TAGTENBERG, Maurício. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1985.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do banco mundial. In: TOMMASI, Livia de, et al (org). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VEJA, números: 1880 –1882. São Paulo: Abril, 2004.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.